

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Autógrafo nº 34.089

Projeto de lei nº 310, de 2024

Autoria: Felipe Franco – UNIÃO

Altera a Lei nº 10.858, de 31 de agosto de 2001, que institui a meiaentrada para professores em estabelecimentos que proporcionem cultura, lazer, entretenimento e atividades esportivas, a fim de acrescentar os professores autônomos de academias e similares, inscritos no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1° – A Lei n° 10.858, de 31 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo 1° – É assegurado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em casas de diversões, praças desportivas e similares, aos professores da rede pública estadual e das redes municipais de ensino.

- § 1° O direito ao benefício de que trata o "caput" também fica assegurado aos professores autônomos, de academias e similares, que comprovem esta condição por meio da apresentação do registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF).
- $\S 2^{\circ}$ A meia-entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso cobrado, ainda que sobre o seu preço incidam descontos ou atividades promocionais.
- Artigo 2° Consideram-se casas de diversões, para os efeitos desta lei, os estabelecimentos que realizam espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais recreativas e quaisquer outros que proporcionem lazer e entretenimento.

Artigo 3º – A prova da condição prevista no artigo 1º desta lei, para o recebimento do benefício pelos professores, será feita mediante a apresentação da carteira



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

funcional emitida pela Secretaria da Educação ou do respectivo holerite, e, para os professores autônomos de academias e similares, do registro no CREF." (NR).

 $Artigo\ 2^\circ-As\ despesas\ decorrentes\ da\ execução\ desta\ lei\ correrão\ por\ conta$ de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 3° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em

ANDRÉ DO PRADO – Presidente